

História, escrita de ficção

*La métaphore est le pouvoir par lequel le discours peut redécrire la réalité.
Et superbement - seule une humeur mythisée ouvre et découvre le monde.*
Paul Ricoeur

Se é certo que no campo epistemológico da história diferentes durações, novas estratificações e novos objectos têm sido definidos, não menos certo será dizer que no campo da história dos media, disciplina ainda em gestação, laboratório experimental, a ter de se definir um objecto ele só poderá ser difuso, de fronteiras indefinidas, enfim, um objecto heurístico por excelência.

Com *As Palavras e as Coisas*¹ o homem passou a surgir como que des-historicizado, claramente desinserido de processos teleológicos. Eduardo Lourenço foi uma das vozes que então considerou ter-se chegado ao fim do humanismo: « (...) o que Foucault anunciava, na esteira, aliás de Heidegger e em termos heideggerianos, não é o fim do Homem em sentido banal de um apocalipse orgânico ou antropológico, mas de uma sua "imagem". Esta "imagem" é aquela segundo a qual "o homem" aparece como "objecto" das ciências humanas e postula assim uma unidade a priori que precisamente a diversidade e a irreducibilidade das "imagens" culturais não confirma»².

De facto, ao se considerar Foucault como o filósofo da morte do homem pelo fim do conceito moderno de "homem" como sujeito central, absoluto, objecto da história, redefine-se em simultâneo o próprio conceito de sujeito histórico, agora não objecto estatístico, cronológico, mas sujeito diverso, ambíguo, complexo. Daí Michel Foucault poder dizer, quase de forma testamentária, que, de facto, não analisava fenómenos de poder mas produzia, ao invés, uma história dos diferentes modos de subjectivação do ser humano na nossa cultura. A história parecia estar daí para a frente liberta do sujeito e do narcisismo transcendentais. Sartre, por exemplo, apesar de pessimista, pronunciava-se então desta forma: «Foucault dá às pessoas aquilo de que elas precisavam: uma síntese ecléctica onde Robbe-Grillet, o estruturalismo, a

¹ Michel Foucault, Portugália Editora, Lisboa, s/d.

² Cf. «Michel Foucault ou o fim do humanismo», Prefácio de Eduardo Lourenço a *As Palavras e as Coisas*, Portugália Editora, Lisboa s/d.

linguística, Lacan, *Tel Quel* são utilizados sucessivamente para demonstrarem a impossibilidade de uma reflexão histórica»¹.

Mais do que essa aparente impossibilidade Foucault estabelecia uma geologia do transitório um espaço a redistribuir na analítica da economia do poder. Louis Althusser introduzia entretanto uma nova categoria, equivalente de certa maneira à proposta de Foucault: a do "processo" sem sujeito nem fim (e/ou objecto)².

Se pensássemos no clássico de Deleuze/Guattari, falaríamos do funcionalismo das micro-multiplicidades, das máquinas desejantes, das micro-análises e das formações moleculares - «o que nos interessa é o modo como qualquer coisa trabalha, funciona, qual a máquina»³. Com os autores de *O Anti-Édipo* surgia a recusa do imperialismo do significante, a recusa do objecto territorializado, enfim, a instituição de um "objecto parcial" aberto aos maquinismos moleculares que trabalham a história.

Melhor que ninguém, no entanto, Foucault, com os instrumentos metodológicos e a argumentação epistemológica da *Arqueologia do Saber* contribui decisivamente para a eliminação do conceito positivista de sujeito e simultaneamente para a recusa do velho dogma da continuidade e da totalidade históricas.

Com Foucault o documento deixa de estar meramente subordinado a um alinhamento resultante de uma crítica interna e externa; passa a ser trabalhado do interior: «Elle (l'histoire) l'organise, le découpe, le distribue, l'ordonne, le répartit en niveaux, établit des séries, distingue ce qui est pertinent de ce qui ne l'est pas, repère des éléments, définit des unités, décrit des relations»⁴.

Decompor pois o documento e reconhecer as discontinuidades simultaneamente como instrumento e objecto de investigação, eis, por assim dizer, duas novas vertentes fulcrais no campo da epistemologia da história. O fundamental em Foucault é exactamente a ruptura operada no modo de questionamento do documento, considerado agora como *monumento*, como se de novo surgisse a rejeição da palavra monumental. Para Foucault os problemas da história poder-se-iam resumir apenas nessa questão: «L'histoire dans sa forme traditionnelle, entreprenait de 'mémoriser' les monuments du passé, de les transformer en *documents* et de faire parler ces traces qui, par

¹ Jean-Paul Sartre, *L'Arc*, nº 30, 1966, citado por Dominique Grisoni, «*Filosofias e Políticas - pequena cronologia dos últimos vinte anos*», Lisboa, Arcádia, 1980.

² Louis Althusser, *Resposta a John Lewis*, Lisboa, Estampa, 1973.

³ Cf., por exemplo, *Capitalismo e Esquizofrenia - Dossier Anti-Édipo*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1976.

⁴ Michel Foucault, op. cit., p. 14.

elles-mêmes, souvent ne sont point verbales, ou disent en silence autre chose que ce qu'elles disent; de nos jours, l'histoire, c'est ce qui transforme les *documents* en *monuments*, et qui, là où on déchiffrait des traces laissées par les hommes, là où on essayait de reconnaître en creux ce qu'ils avaient été, déploie une masse d'éléments qu'il s'agit d'isoler, de grouper, de rendre pertinents, de mettre en relations, de constituer en ensembles (...) L'histoire de nos jours, tend à l'archéologie, - à la description intrinsèque du monument» ¹ .

Ora é exactamente esta descrição intrínseca do monumento que, mais do que evidenciar a aparente impossibilidade de reflexão de que falava Sartre, abre efectivamente a possibilidade de uma outra reflexão histórica.

O enunciado surge entretanto como uma nova produtividade: «L'énoncé, loin d'être le principe d'individualisation des ensembles signifiantes (l' "atome" significatif, le minimum à partir duquel il y a sens) c'est ce qui situe ces unités significatives dans un espace où elles se multiplient et s'accumulent» ² .

Na descrição arqueológica das novas estratificações históricas à singularidade do enunciado opõe-se a rede complexa do discurso. É no discurso que se articula a questão da descontinuidade. Na descrição arqueológica o discurso é tratado não como documento - e de uma forma interpretativa ou alegórica - mas enquanto prática, na sua especificidade, através de uma análise das suas modalidades, definindo e diferenciando tipos e regras de práticas e de formações discursivas.

No limite, estudar a comunicação a partir da suas estruturas genealógicas, históricas, é estudar a história discursivamente, traduzindo em descrição arqueológica as diferentes epocalidades, arquivos e modos de dominação, traduzindo, enfim, novos modos de subjectivação dos indivíduos perante novas formas de racionalização do poder: «A história não cessa de no-lo ensinar - o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas o que pelo qual se luta, o poder de que se procura apossar» ³ .

Nova hipótese: seja a história uma arte de encenação. Então, do historiador se poderia dizer o mesmo que Bram van Velde dizia do artista contemporâneo: «Le peintre est un oeil, un oeil aveuglé, qui continue de voir, qui voit ce qui l'aveugle». De um exercício de ausência se trata. A história não é mais do que um espaço lacunar, um espaço "branco", que manifesta, ou pelo menos deixa pressentir a formação e o cruzamento de uma pluralidade de objectos discursivos, de uma massa documental "monumental". Certeau iria

¹ Foucault, op. cit., p.131.

² Foucault, op. cit., pp. 14-15.

³ Michel Foucault, *L'ordre du discours*, Gallimard, Paris, 1971.

um pouco mais longe referindo-se ao aspecto laboratorial da disciplina: «A história não é científica se por científico se entender o texto que explícita as regras da sua produção».¹ Tratar-se-á, antes, de uma operação de questionamento de camadas sedimentares diversas, constituintes, à partida, de uma rede de opacidades, no limite, do próprio indizível: «O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder»².

História, lugar de ausência, portanto. Espaço cruzado de proibições: ao historiador, numa situação de contemporaneidade, coloca-se a questão da distanciação relativamente ao objecto. Tal como Michelet dizia - «celui qui voudra s'en tenir au présent, à l'actuel, ne comprendra pas l'actuel» -, Pierre Nora considerava que a história do presente «fere, faz sangrar, porque rema quase fatalmente contra a corrente da imagem que uma sociedade tem necessidade de construir acerca de si mesma para sobreviver»³.

Mas o exercício desconstrutor prolonga-se: embora sempre negado no passado, o subjectivismo positivista e o primado *événementiel* fizeram tudo menos história. Do lado da recepção um novo espaço se gera entretanto: ler a história, ler os media, é ler o livro-labirinto, é penetrar o caos: a leitura gera produtividades, como uma se de uma reescrita se tratasse, isto é, toda a problemática poderá residir não na escrita mas sim na leitura do (s) texto (s). Abstraindo, o texto é ele próprio a sua ausência.

Por último, e concretamente no domínio da história dos media, haveria que situar a noção de acontecimento como um dos principais lugares de proibição da própria história. Relativamente à história, através da representação do real e dos efeitos de ficção, os media operam como máquinas produtoras de simulacros, negando-a. Por outro lado, como geradores do acontecimento, pela sua performatividade, como manipuladores do desenlace do real, os media produzem - e legitimam - a própria história.

É pois fundamental recolocar a questão das condições de possibilidade de uma história dos media. Perante uma estratégia claramente simulacral, por um lado, e, por outro, pela sua performatividade, pela capacidade de efectivarem o acto anunciado pelo próprio facto de o enunciar, criando um real apenas seu, um real de simulacros, os media reforçam com a sua constante modelizadora a característica simbólica específica dos documentos/monumentos. A massa documental mediatizada é tão só um

¹ Cf. *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, 1983, p.32.

² Jacques Legoff, «Documento-Monumento», *Enciclopédia Einaudi*, Vol. I, Lisboa, IN/CM, 1984.

³ Pierre Nora, «O acontecimento e o historiador do presente», *A Nova História*, pp.45-56.

gigantesco *monumento* mediático. Estamos assim cada vez mais afastados do documento "inócuo" e "objectivo".

O documento inócuo, portanto, que se pretendia reposição fiel do real, reificação do acontecimento, transforma-se duplamente num documento/monumento: não só comporta em si uma inscrição originária, simbólica, política, como também se constitui sobretudo em documento mediático, efeito de real ou sua representação. As condições de possibilidade da história dos media são assim as condições de possibilidade de questionamento destes "novos" documentos, são as condições que exigem o ultrapassar de práticas historicistas esgotadas na cronologia, na instauração da verdade e da transparência do documento, por práticas arqueológicas que fazem da sua abertura a sua complexidade.

O acontecimento constitui-se assim, obviamente, em simultâneo, ao mesmo tempo que as narrativas que o pretendem referenciar. E é de facto desta ferida narcísica - que o corpo da história nunca poderá sarar -, que nascerá também a aparente aporia de uma impossibilidade de reflexão histórica. Começa a ficar claro que mais do que possível essa reflexão é em Foucault verdadeiramente ingente, na tentativa maior de compreender através de que mecanismos nos tornámos prisioneiros efectivamente da nossa própria história. Trata-se de uma reflexão que parte da descrição intrínseca dos «monumentos» para as práticas discursivas, e não uma *histoire-bataille* a partir de documentos inócuos.

É no fundo uma reflexão que denega o impasse aparente da modelização quando se pensa que a crise do próprio modelo da análise da representação se circunscrevia e se esgotava na questão da fidelidade da representação do real nos seus signos, sendo a história apenas a história cronológica dos seus signos, dos seus simulacros. É este carácter totalizante que se ultrapassa claramente recusando os historicismos e a própria análise da representação clássica.

De facto, as práticas sociais e discursivas, que constituem o contexto socio-histórico deixam sobretudo traços e não propriamente representações do real. Tal como em Foucault, o nosso projecto é pois o de atingir na sua totalidade lógica os conceitos de uma época, as condições reais de uma interrogação e de um saber, tratando «no mesmo plano e segundo os seus isomorfismos, as práticas, as instituições e as teorias procurando o saber que as tornou possíveis, a camada de saber constituinte e histórico (...). Todas estas práticas - refere Michel Foucault -, (...) tomo-as ao nível de traços, quer dizer, quase sempre de traços verbais. O conjunto destes traços constitui uma

espécie de domínio considerado como homogéneo: não se faz a priori entre os traços nenhuma diferença e o problema é de encontrar entre estes traços de ordem diferente, traços comuns suficientes para constituir aquilo que os lógicos chamam classes, os estetas formas, as pessoas de ciências humanas estruturas, e que são o invariante comum de certo número de traços»¹.

Dizíamos que os media, distanciando-nos do real, através do seu discurso, dos seus traços, da sua história, é a própria história que põem em questão, por um lado, e, por outro lado, ultrapassam de facto a sua função de meros veículos do real para se tornarem em grandes máquinas produtoras do artefacto, do pseudo-acontecimento, no dizer de Boorstin. Baudrillard sublinhava a questão de forma paradigmática: «De certa maneira, o consumo generalizado de imagens, de factos e de informações também se esforça por esconjurar o real nos sinais do real, por conjurar a história nos sinais da mudança (...).»². Sobretudo devido ao logro que constitui o simulacro, o que os media deixam passar é, segundo Jean Baudrillard, a conotação espectacular da crónica, a vertigem da realidade. Ainda com Baudrillard poderíamos concluir que a «imagem, o sinal, a mensagem tudo o que consumimos, é a própria tranquilidade selada pela distância ao mundo e que ilude, mais do que com promete, a alusão violenta ao real»³.

Poder-se-ia dizer, portanto, que o historiador, e nomeadamente o historiador dos media, defronta-se constantemente com essa reescrita - ou pura e simplesmente não-escrita do acontecimento, esse jogo de efeitos de ficção e de produtividades adjacentes que os media acabam de facto por instituir como real. O que se poderá considerar a instituição do efeito de real na história é sem dúvida corroborado por Michel de Certeau quando reconhece que os media ocupam hoje em dia, em grande parte, o lugar que a história tinha no século XIX⁴. Isto é, o positivismo historicista que no século passado instituía a verdade do historiador como algo de absoluto e irrefutável, parece estar a ser substituído neste século pelo discurso dos media.

Não espanta pois que Boorstin ao referir por exemplo que o cinema duplica a impressão de realidade, consagrando o ilusório, defenda, na sua perspectiva, estar assim criado o mecanismo ideológico que legitima uma classe no poder desde o século XIX, alimentado que está o sonho de modelação do real. Daí Godard ter dito em certo momento que a burguesia

¹ Raymond Bellour, *Le livre des autres*, «Entretien avec Michel Foucault», Paris, UGE, 1978.

² Jean Baudrillard, *A sociedade de consumo*, Lisboa, Edições 70, 1975, pp. 29-30.

³ Baudrillard, *ibid.*, p.31.

⁴ Michel de Certeau, *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, 1983, p. 14.

emergente criava um mundo à sua imagem, mas criava também uma imagem para o seu mundo.

Do anterior apelo ao historiador como testemunha do real passou-se hoje para o apelo aos media: são eles que vão assegurar portanto o efeito de real. «O real fala-vos: eis a legenda inscrita debaixo das representações produzidas pelo historiador. Isto fascina uma sociedade que tem uma relação cada vez mais abstracta consigo mesma e com as coisas, e que volta a exigir esta ficção do real»¹.

Em conclusão, e na medida em que asseguram o efeito de real, os media estabelecem aquilo a que Michel de Certeau chama o relato doutrinal da cultura, ou seja, o discurso da representação nacional - no limite, a própria História. É todo um regime de ficção que se expõe. A história surge então com o seu estatuto espectacular nas mais diversas montagens ficcionais.

As condições de possibilidade da história como grande narrativa estão assim suficientemente anatemizadas na medida em que cada vez mais os traços que nos ficam do real são já em si representações mediatizadas, são já efeitos de real, vertigem do real. A crise da referencialidade associa-se assim à própria crise das grandes narrativas como paradigma da modernidade. O percurso foucaultiano aliás não é mais do que a implosão desse conceito monstruoso de "história-monumento". Uma epistemologia da história dos media, evidenciando por demais a crise da referencialidade e a crise da noção de acontecimento, vem sobretudo colocar em evidência o logro de uma história-ciência, de uma história que poderia como que efectivar uma colagem inquestionável ao passado. É com efeito na demarcação dessa colagem, isto é, no próprio questionamento arqueológico dos documentos, como vimos, que uma história em aberto ganha as suas condições de possibilidade - e simultaneamente falece a grande narrativa histórica.

Quanto à história dos media propriamente dita, ela redefine-se na reconstituição da matriz de onde procedem as estratégias, as práticas discursivas, os dispositivos de um poder que se afirma quer na dimensão simbólica, quer na dimensão tecnológica. Importa aliás reconhecer à partida que a história dos media tem sido a história de um fluxo mediático de dominação totalizante, de reprodução infinita do acontecimento neutralizado nos signos e nas narrativas que pretendem referenciar um real distante. Cabe ao historiador portanto localizar esses fluxos de dominação no contexto mais lato dos próprios dispositivos histórico-culturais que emergem com novas estruturas comunicacionais.

¹ Certeau, op. cit., p. 16.

Frantz Fanon falou-nos da importância do transistor na guerra da Argélia. Enzensberger citou um ministro sul-africano que dizia que a televisão conduziria ao desaparecimento dos brancos da África do Sul. Poder-se-ia dizer, entre inúmeros outros exemplos, que os media, apoiados nas novas tecnologias digitais, nas redes interactivas e também nos satélites, ou farão alastrar a democracia participada à aldeia global - transformando-a na tão desejada ciber-democracia ou transformação esta num colossal Gulag, numa mediocracia de que se desconhecem os patronos.

Por aqui chegamos ao problema do poder. Sobretudo a partir da sociedade industrial, conseguido que foi o domínio sobre a massa, os media passaram a dar a ver novas invisibilidades do poder, as suas estratégias, a sua economia política e a sua tecnologia. Através dos novos dispositivos emergem as formações discursivas de dominação e, em termos históricos, uma genealogia que permite «desvendar o que a formulação política dos problemas do poder mascara, ou como se produzem os efeitos de verdade no interior de discursos que não são eles próprios nem verdadeiros nem falsos»¹.

E embora a história se deva ler enquanto texto aberto à produtividade, o certo é que os media são hoje, por excelência, o lugar institucional em que o texto que pretende referenciar o real se expõe como fábula do mundo; veiculam assim discursos cuja complexidade se dilui na aparência de verdade. A função da recepção é a da inevitável desconstrução dessa rede. Alheando-se do carácter monumental do texto histórico veiculado e produzido pelos media, o historiador corre o risco de confundir o discurso do poder com a própria história, ou seja, corre o risco de aceitar a função neutralizadora que o campo mediador da comunicação social exerce - e aceitando-a, aceita a sua própria neutralização e retoma o historicismo em toda a sua extensão.

Concedendo-se aos media clássicos capacidade para a inculcação de valores estranhos ao corpo social, reconhece-se-lhes de igual modo prioridade para veicularem uma determinada verdade produzida pelas mais diversas centrais de informação, instituições à margem do corpo social, da comunidade comunicacional, por assim dizer. Daí a transformar essa verdade em história vai um passo - um passo performativo, técnico.

Para o historiador dos media, hoje, o facto é uma cesura e não parte de uma sucessão. De uma forma geral, não permite que o discurso do objecto se sobreponha ao discurso sobre o objecto, isto é, há todo um trabalho sobre as descontinuidades por forma a que possam emergir as redistribuições recorrentes e não o documento puro e simplesmente memorizado. Explicando

¹ François Ewald, «Foucault, um pensamento inconfesso», *Os deuses na cozinha*, Lisboa, Arcádia, 1980.

melhor: hoje não interessa de todo centrar a investigação no acontecimento mas sim no âmbito de uma genealogia e de um contexto que não marginalize esse mesmo acontecimento ¹. Acontecimento que é, como vimos, um conceito em crise, embora o não seja o campo que se abre ao historiador no sentido de topologizar regras anónimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, definidoras de épocas com base em práticas discursivas e sociais. No trabalho dessas práticas é portanto óbvia a importância do conceito de acontecimento mesmo enquanto oscilação ou variável. A arqueologia da história não exclui pois os acontecimentos dispersos. A figura da história não-cronológica, a prática arqueológica, retém o acontecimento não no sentido de uma restituição événementielle, historicista, mas no sentido da configuração de conjuntos significantes a partir de discursos, narrativas, acontecimentos dispersos. Sem dúvida pois que a história é cada vez mais o texto que resulta da confluência entre uma prática disciplinar que se pretende cada vez mais rigorosa, cada vez mais científica, e, de facto, uma arte narrativa.

Qual então o lugar do historiador? Se, como vimos, no século XIX o historiador era tido como um legitimador dos discursos emergentes do campo social, afirmando-se assim como peça integrante da Instituição, no século XX, nomeadamente após os *Annales*, ele afirma-se cada vez mais como margem; tem, por isso mesmo, certos preconceitos relativamente aos media e procura sobretudo distanciar-se dos seus campos de legitimação.

E se no século XIX no, reino de Prometeu, o grande problema era impor limites à acumulação do poder económico privado, hoje, no reino de Hermes, o essencial reside em limitar o poder do Estado-ficção e dos impérios mediáticos, criando formas de autonomização do campo comunicacional dos indivíduos - um campo em rede matricial. Sem dúvida que a estratégia do historiador passa também por aqui: detectar os arquipélagos de sentido e de singularidade, dar a pluralidade ao texto, não no percurso de uma só formação discursiva mas num domínio mais complexo - precisamente onde se cruzam as diferentes formações que institucionalizam o saber-poder. Se o poder isola a desordem, se divide para reinar, se ordena um saber pretensamente objectivo, o historiador passa por ser um dos seus contrários.

A desconstrução a operar vem na linha do que dizia Lucien Febvre quando definia a história como uma colecção de cadáveres: o papel do historiador é fazer emergir a história, «dar vida ao cadáver», inquirir e decompor os testemunhos. Certeau, mais arguto, propunha: «A inteligência da

¹ Veja-se, por exemplo, a ideia de 'fait-divers' enquanto objecto de história privilegiado proposto por Marc Ferro no dossier «Fait-divers, fait d'histoire», *Annales*, Juillet/Août, 1983.

história está ligada à capacidade de organizar diferenças ou ausências pertinentes e hierarquizáveis, porque relativas a formalizações científicas actuais»¹. E sobre Foucault: «A história do presente, da nossa identidade formula-a Foucault como análise das relações saber-poder na nossa sociedade. A hipótese geral do seu trabalho seria que as relações, as estratégias e as tecnologias do poder que nos constituem, nos contrariam e nos constituem, vão de par, permitindo e produzindo formações de saber e de verdade que lhes são necessárias para se solidificarem como evidentes, naturais, tornando-se ao mesmo tempo invisíveis. Inversamente, a análise do saber, das formações discursivas e dos seus enunciados deve ser feita em função das estratégias do poder»². Organizar as diferenças que excedem a norma e a coerência das séries, isolar os objectos que distinguem hierarquias, estabelecer sistemas de pertinência epistemológica, redistribuir os materiais mediatizados, estas algumas das tarefas do novo historiador.

Confrontado com uma epistemologia da história dos media, o lugar social - o lugar de produção cultural, político-económico - é cruzado por uma série de oposições que importa reter e sobre as quais convirá trabalhar. Desse «não-dito» complexo de objectos discursivos emergirão alguns dos parâmetros que constituirão, após desenvolvida investigação no domínio específico da história dos media, o seu próprio texto. Refiro-me concretamente a parâmetros que devem circular e redistribuir-se por uma grelha globalizante de coordenadas tais como universalidade e singularidade, instituição e margem e espacialidade e temporalidade. Será pois excessivo delimitar um objecto específico no âmbito da história dos media.

É da analítica da complexa rede que temos em esboço que resultará, na estratificação e na diacronia, o novo texto histórico que se pretende formalizar. Texto forçosamente em aberto, aliás, tal como Paul Veyne definia a procura de verdade: «le mouvement de la vérité est un mouvement d'errance au hasard». Mas antes de entrarmos especificamente nas questões discursivas importa ver ainda que a operação histórica no campo dos media não se reduz a uma arqueologia com base nos pressupostos avançados por Michel Foucault. Contribuição maior, sem dúvida, ela não deixa de estar aberta a outras propostas. E aqui cabe recordar o trabalho de questionamento do campo comunicacional que Louis Quéré tem desenvolvido. Em *Des miroirs équivoques - Aux origines de la communication moderne*¹ Quéré procura contribuir fundamentalmente para um melhor entendimento dos reajustamentos sociais e

¹ Michel de Certeau, «A operação histórica», *Fazer História 1*, Bertrand, Lisboa, 1977, pp.46-47.

² François Ewald, op. cit., p. 63.

¹ Aubier-Montaigne, Paris, 1982.

culturais sofridos na modernidade, quando novas estruturas comunicacionais emergem. Considera que, quer as ciências sociais, quer as chamadas ciências da comunicação são impotentes para trabalharem o entrecruzamento das mediações técnicas e simbólicas do campo comunicacional. Segundo ele há portanto que recorrer a uma teoria do espaço público para encontrar um projecto epistemológico alternativo que reconstrua os objectos deslocados pelos sociologismos, historicismos, análise empírico-analítica, etc. A questão centra-se pois na objectivação, através de uma análise crítica, dos meios de determinação e conhecimento do objecto. Refira-se, no entanto, que a proposta alternativa de Quéré não se fundamenta apenas numa teoria do espaço público, mas, também, nos problemas colocados pela recepção, ou nas questões levantadas pelas dimensões pragmática, histórico-cultural e socio-cultural.

Concretamente, o objectivo da teoria do espaço público é o de «elucidar o processo de instituição ou de especificação histórico-cultural dos suportes da operacionalidade da comunicação»², a saber, o discurso interpretativo e normativo sobre o social e a figuração das dimensões do saber, do poder e da lei. De referir que a enunciação desta alternativa epistemológica passa ainda pela interposição de um pólo institucional forte, que Quéré designa de «terceiro simbolizante» e que é, por assim dizer, o fundador da própria comunicação e dos modelos culturais, a fonte de conhecimentos, motivações e normas.

Uma das questões fundamentais para a operação histórica no campo dos media é a cristalização de um dispositivo histórico-cultural de dominação no qual estão ancoradas tecnologias e formas de comunicação específicas. Esse dispositivo é portanto para nós fulcral, e iremos tentar delimitá-lo quer na abordagem da escrita, quer na da tipografia ou dos media pós-industriais.

Finalmente, e tendo bem em conta que a questão da cientificidade em história passa desde logo pela impossibilidade de explicitar as regras da sua própria produção, tentaremos estabelecer, por um lado, uma inevitável aproximação entre a emergência dos diferentes dispositivos histórico-culturais e a própria concepção de *episteme*, entendida como conjunto de relações que numa dada época interrelaciona práticas discursivas, figuras epistemológicas e sistemas formalizados e, por outro lado, redefinir a nossa matriz a partir, nomeadamente, da interacção entre mediações técnicas e simbólicas e do que no seu trabalho social «excède à la fois leur fonction de fait, leur rôle empirique, la conscience historique qu'ils (les media) ont d'eux-mêmes et les

² Louis Quéré, *Des Miroirs Équivoques*, Paris, Aubier-Montaigne, , p.46.

représentations que nous nous faisons de leur mission et de leur fonctionnement» ¹.

Reconstruir, pois, a matriz possível o negativo da emergência dos media, para depois vermos de onde procedem os seus dispositivos, os seus processos, as suas estratégias, é esse o nosso objectivo. Tentando ir um pouco mais longe do que a vertente empírica positivista, quer as escolas novas e velhas da história, quer inclusivamente a vertente semiológico-estrutural, pretende-se estabelecer, constituir, um novo objecto que permita restaurar os fluxos recorrentes das novas estruturas histórico-comunicacionais. Situando-nos agora ao nível da dimensão histórico-cultural, procuraremos assim um outro entendimento do sentido da emergência das mediações simbólicas e tecnológicas para que fique suficientemente a descoberto o trabalho dos media ao nível do dispositivo histórico-cultural e, enfim, tanto quanto possível, a operatividade histórico-social dos media, os seus efeitos políticos e a forma de, no fundo, redistribuir o direito civil - individual - à comunicação.

¹ Quéré, op. cit., p. 10.